

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Correio do Brasil

Class.: 879

Data: 12.03.90

Pg.: \_\_\_\_\_

## Parlamentar exige terra para Kaingang

O deputado Ruy Nedel exigiu o cumprimento do texto constitucional que garantiu aos índios Kaingang uma área de 240 hectares e que agora, apesar de registrado em ata, vem sendo reivindicada por pessoas estranhas à população nativa que vive às margens do rio Mel, em Iraí.

"O problema do índio no Brasil - é por demais sabido - foi amplamente debatido na Assembléia Nacional Constituinte.

Fizemos um acordo magnífico, do qual tive a honra de participar e de apresentá-lo no encerramento dos trabalhos constituintes, teve somente cinco votos contrários. Agora, parece incrível, mas no Rio Grande do Sul ainda temos litígios de áreas indígenas", cobrou o deputado.

Nedel observou ainda que, após o acordo firmado entre os poderes públicos competentes, inclusive com a Funai, pessoas má informadas ou oportunistas tentam imputar a culpa aos índios pela poluição do rio Mel, quando os mesmos só detêm 60 metros de margem do rio e justamente a parte onde os dejetos de esgotos do município e pesticidas da lavoura jorram

"Isto já transcende e ultrapassa todo o processo de primarismo que já deteriorou, inclusive, a moral da raça branca na sua ganância genocida. Isto já é algo que chega ao cúmulo do execrável e um poder público não tem direito moral de rasgar uma ata que ele próprio assinou", concluiu revoltado o parlamentar gaúcho.

"Aprendi a respeitar Lut-zenberger, quando há muitos anos, soube ter abandonado um emprego em multinacional de pesticidas e agrotóxicos onde ganhava cento e vinte salários mínimos por mês, passando a dedicar-se à defesa do meio ambiente e ocupar um cargo na Agapan onde percebia dois salários mínimos mensais". A lembrança, exaltando o idealismo e amor à natureza do futuro Secretário Especial do Meio Ambiente, foi feito do plenário da Câmara pelo deputado Ruy Nedel.

A exaltação também serve para destacar que o ecologista "não se presta para conchavos ou negociatas" e, portanto, jamais se prestará à ser um mero instrumento renomado para o governo melhorar a imagem.